

AO JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA

Processo nº.

NOME, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (LC nº 80/94, arts. 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), expor e requerer o que segue:

Trata-se de processo em que se imputa ao acusado suposta conduta descrita no artigo 24-A, c/c arts. 5º e 7º, todos da Lei nº 11.340/06.

O acusado encontra-se preso preventivamente desde **DATA**.

Encerrada a instrução probatória, tanto o Ministério Público quanto a Defesa apresentaram alegações finais, tendo o processo retornado a esse d. Juízo em DATA.

Ocorre que, na presente data, compareceu a esta Defensoria a Sra. **NOME**, genitora do acusado, oportunidade em que informou que, em DATA, compareceu ao Centro de Detenção Provisória - CDP, onde o acusado se encontra, e constatou que a **doença ocular** que NOME já apresentava à época da audiência de instrução (pterígio avançado no olho direito) **se agravou**.

Não bastasse, afirmou ainda que, até aquela data, **o acusado não recebeu nenhum cuidado médico oftalmológico no centro de detenção em que se encontra**, inobstante o ofício enviado por esse Juízo em razão da doença constatada em audiência.

Por oportuno, confira-se o seguinte trecho da ata de audiência realizada em DATA:

Dada a palavra à Defesa, assim se manifestou: "MMª. Juíza, compulsando os autos, percebe-se que o acusado foi preso em DATA, ou seja, há quase 02 meses. Lado outro, considerando-se a imputação delitiva atribuída ao réu, é certo que, em caso de eventual condenação, o período da prisão preventiva, em regime fechado, certamente será mais gravoso que a pena porventura imposta, em desrespeito ao princípio da proporcionalidade, que deve nortear as prisões cautelares. **Além disso, o réu está com pterígio, em seu olho direito, necessitando de cuidados específicos que poderão ser melhor realizados se solto.** Por essas razões, pugna a Defesa pela revogação da prisão preventiva. (...) Ante o exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA, com fundamento nos artigos 313, III, do Código de Processo Penal e art. 20 da Lei 11.340/06. MANTENHO TODAS AS MEIDIAS PROTETIVAS OUTRORA DEFERIDAS. **Oficie-se ao CDP para assistência médica oftalmológica ao denunciado, COM URGÊNCIA, tendo em vista notícia de que se encontra com pterígio avançado no olho direito.** Traslade-se cópias das fls. XX/XX e XX dos

autos nº XXX/XXX para juntada nestes autos.

Ante o exposto, considerando a delicada situação de saúde oftalmológica em que se encontra o acusado, requer a Defensoria Pública:

a) seja dada ao processo **máxima prioridade** de julgamento; e

b) seja novamente **oficiado o CDP**, para que, com a **MÁXIMA URGÊNCIA**, forneça ao acusado, custodiado pelo Estado, os cuidados básicos de saúde a ele garantidos constitucionalmente.

Nesses termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

DEFENSOR PÚBLICO